

Diálogo, participação e projetos de turismo com comunidades em Unidades de Conservação na Amazônia brasileira

Dialogue and participatory processes in tourism projects with communities in Protected Areas of the Brazilian Amazon

Marina de Lima Minari, Andrea Rabinovici

RESUMO

Processos participativos são fundamentais para o êxito de projetos de turismo de base comunitária realizados com comunidades habitantes em unidades de conservação. Os processos formais e legalmente institucionalizados muitas vezes são insuficientes para gerar inclusão e participação social de fato, uma vez que podem deixar escapar questões importantes das complexas relações existentes nesses contextos. Com base na experiência de dois projetos – um na Reserva Extrativista do Rio Unini, AM, e outro na Floresta Nacional do Amapá, AP –, buscou-se refletir sobre a importância do diálogo como alicerce na emergência de processos participativos nos projetos realizados com comunidades. O artigo tece uma síntese conceitual de turismo de base comunitária. Além disso, são apresentados os atores sociais do diálogo: as comunidades tradicionais, as organizações não governamentais e as instituições representativas do Estado. Indica-se a necessidade de inovação conceitual e prática no que se refere aos processos ditos participativos realizados com comunidades no campo das unidades de conservação. A metodologia dos projetos consistiu em pesquisa bibliográfica, entrevistas-diálogo, visitas de campo e oficinas.

PALAVRAS-CHAVE: Diálogo; Participação; Comunidades; Turismo e Unidades de Conservação.

ABSTRACT

Real participatory processes are fundamental to the success of community-based tourism projects conducted in protected areas. Formal and legally institutionalized processes are insufficient to create the genuine inclusion and participation that they propose, for they miss subtle details of the complex and important relations existent in these contexts. Based on the experience of two projects - one in the Extractive Reserve of River Unini, Amazonas state, and another in the National Forest of Amapá, Amapá state – this research sought to analyze the importance of dialogue as the foundation for the emergence of real participatory process projects with traditional communities. This work briefly synthesizes the concepts of community-based tourism. It also presents the dialogue among the social actors: traditional communities, non-governmental organizations and institutions representing the State. Final thoughts include the need for conceptual innovation and practice with regard to the so-called participatory processes that are recommended when dealing with traditional communities in relation to protected areas, along with possible practical guidance. The methodologies of those projects consisted in bibliography research, dialogue-interview, fieldworks and workshops.

KEYWORDS: Dialogue; Participation; Traditional Communities; Tourism and Protected Areas.

Introdução

Os processos participativos, além de serem diretrizes legais, são fundamentais para que os projetos desenvolvidos com comunidades habitantes em Unidades de Conservação (UCs) alcancem seus resultados com qualidade. Entretanto, a sua prática é um desafio. O diálogo de qualidade, que poderia ser alicerce para a qualificação da participação é muitas vezes desconhecido em seu significado e potencialidade. Caso a participação e o diálogo fossem instaurados, com qualidade, desde o início do processo de criação das UCs, talvez alguns dos graves conflitos que lhes são comuns, tais como: desmatamento criminoso, disputa de territórios, invasões ilegais, violência contra ambientalistas, pudessem ser amenizados, incluindo conflitos socioambientais comuns ao turismo, alguns deles citados por Rabinovici (2009). Neste caso, todas ações contemplariam, implicitamente, a variável da legítima participação, com a aprendizagem social e o empoderamento comunitário.

A intenção deste artigo é a de refletir sobre a importância do diálogo nos projetos aplicados com comunidades habitantes de UCs na Amazônia e que atuam com turismo, principalmente nos momentos em que o contato entre os indivíduos se faz importante para geração de dados e mobilização para a participação. Esta reflexão se dá a partir da experiência aplicada em dois projetos de turismo de base comunitária (TBC): um desenvolvido em 2010, com a Reserva Extrativista (RESEX) do Rio Unini – AM; e o outro em 2011 com a Floresta Nacional (FLONA) do Amapá – AP. Ambos os projetos contaram com a participação de uma das autoras e foram realizados por diferentes Organizações Não Governamentais (ONGs): a Fundação Vitória

Amazônica (FVA), no caso da RESEX do Unini, e a Conservação Internacional (CI) do Brasil, em parceria com o Instituto Walmart, no caso da FLONA do Amapá. Os resultados destes trabalhos geraram relatórios, cujos conteúdos subsidiaram dados para este artigo. Para alcance dos resultados, as reflexões teóricas se fizeram pelo método dedutivo e as conclusões pelo dialético. Como metodologia nos dois projetos foram realizadas: pesquisa em referências bibliográficas relevantes; análise documental; pesquisa de campo; aplicação de entrevistas-diálogo; realização de oficinas participativas com as comunidades e os principais atores sociais que influenciavam direta ou indiretamente na realidade do turismo local para nivelamento conceitual sobre turismo e seus aspectos positivos e negativos, assim como oficinas de diagnóstico e planejamento participativos; e por fim, realizaram-se oficinas para devolução dos produtos gerados junto aos locais estudados. No contexto das oficinas, foram testadas metodologias utilizadas pela rede internacional *The Art of Hosting* (A Arte de Anfitriar).

O turismo de base comunitária e as comunidades habitantes das Unidades de Conservação

O principal fator de existência do TBC é o benefício às comunidades, as quais, muitas vezes, são habitantes de UCs. Sob esta ótica, nas duas últimas décadas do século XX, foi produzida toda uma argumentação que buscava aplicar o conceito de desenvolvimento sustentável ao turismo, transformando-o em um empreendimento sustentável, uma oportunidade de aliar empreendedorismo e conservação. Desta forma, intencionava-se justificar a necessidade de ascensão do mercado turístico como alternativa, desde que este fosse realizado sob os preceitos da sustentabilidade (RABINOVICI, 2009).

O TBC¹ é pautado nas bases do comércio justo e economia solidária, do empreendedorismo local e foco no modo de vida diferenciado e tradicional das comunidades. Agrega-se, ainda, o fato destas comunidades, geralmente, estarem instaladas em locais de beleza cênica singular e com rica biodiversidade, estimulando a prática mesclada e integrada de atividades ecoturísticas. Bartholo e colaboradores (2009), consolida TBC da seguinte maneira:

(...) toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida (BARTHOLO *et al*, 2009, p.31).

O mesmo autor e colaboradores destacam o caráter comunitário do empreendimento:

A empresa comunitária é parte da economia social, mobiliza recursos próprios e valoriza o patrimônio comum com finalidade de gerar ocupação e meios de vida para seus membros. A finalidade da empresa comunitária não é lucro nem a apropriação individual dos benefícios que são gerados, e sim a sua distribuição equitativa, através do investimento em projetos de caráter social ou de produção (BARTHOLO *et al*, 2009, p.31).

Zechner e colaboradores (*et al.*, 2008, p.1) afirmam que o TBC se apresenta como alternativa econômica interessante para comunidades, independente de serem ou não residentes de áreas formalmente protegidas, por apresentar “*projeto de desenvolvimento territorial sistêmico (sustentável) a partir da própria comunidade*”. Argumenta, ainda, citando Irving e Azevedo (2002), que:

(...) o desenvolvimento desta atividade exige a incorporação de princípios e valores éticos, uma nova forma de pensar a democratização de oportunidades e benefícios, e um novo modelo de implementação de projetos, centrado em parceria, coresponsabilidade e participação (ZECHNER *et al*, 2008, p.1).

Nesta seara é importante atentar-se para os alertas de Maldonado (2009) sobre as deficiências e os riscos do TBC. Ele avaliou 30 experiências de turismo realizadas por comunidades e observou que:

(...) as deficiências constatadas resultam, em parte, da incursão das comunidades no turismo em situações de improviso, ausência de profissionalismo, desconhecimento do mercado e dos instrumentos de gestão de negócios. Em todo caso, desde que devidamente ponderados os riscos e os pontos fracos, uma série de iniciativas operam em condições econômicas insustentáveis, no contexto de programas de suposto alívio da pobreza (MALDONADO, 2009, p.32).

Entretanto, antes de ser um negócio, que busca seu equilíbrio financeiro como qualquer outro, com o diferencial de que, por meio dele, as comunidades deveriam ser donas do empreendimento e decidirem de modo colaborativo e cooperativo como o lucro seria investido em benefício do coletivo, com respeito ao indivíduo; o TBC é uma tentativa de oferecer uma experiência singular e genuína, momentos de trocas de saberes e fraternidade entre o visitante e o visitado, no local de reprodução do modo de vida do visitado.

Mas quem são essas comunidades? São eles caipiras, caiçaras, ribeirinhos, catadores de caranguejo, coletores de berbigão, pescadores, babaqueiros, quilombolas, mateiros, pantaneiros, seringueiros. Estes e diversos outros povos, além dos indígenas², compõem um quadro de pessoas com relações e modo de vida cooperativo e colaborativo, afastados dos grandes centros urbanos e intrinsecamente ligados à natureza do meio em que vivem. É a partir de um contexto de contato íntimo entre as próprias pessoas e destas com a natureza que nasce a sobrevivência, a mitologia e a sabedoria desses povos, os quais, na maioria dos casos, organizam-se em comunidades, grupo que pode ser definido como:

(...) o conjunto das relações sociais por via das quais se criam identidades coletivas de vizinhança, de região, de raça, de etnia, de religião, que vinculam os indivíduos a territórios físicos ou simbólicos e as temporalidades partilhadas passadas, presentes ou futuras (SANTOS, 1999, p.315).

Uma das bases da comunidade são as relações sociais construídas no locus cultural e territorial, que são embebidos de pertencimento, solidariedade, reconhecimento enquanto grupo e vínculos com os quais se desenvolvem. No caso das comunidades que vivem nas UCs, este locus é a própria natureza³ que se pretende - Estado e sociedade civil organizada - preservar. O território é muito importante para esses grupos, pois representa não apenas um simples local de moradia, mas sim os meios de subsistência, de trabalho, de produção e convívio social, assim como, o espaço das representações mentais e do imaginário mitológico dessas comunidades. O sentido do uso da terra é descontínuo, marcado por vazios aparentes, como as terras em pousio, as áreas de estuário usadas para a pesca somente em períodos regulares do ano, as áreas de coleta, as de caça, dentre outras. Muitas vezes, esse sentido de uso da terra leva o Estado a transformar esses territórios, aparentemente vazios e abandonados aos olhos desatentos, em UCs.

A criação de UCs sem estudos que contemplem a observação e compreensão apurada do modo de vida e das relações sistêmicas entre comunidades e natureza, juntamente com um planejamento futuro de desenvolvimento local coerente com as necessidades locais gera um cenário de potencial conflito entre os atores que decretam as áreas de conservação e aqueles que as habitam.

As comunidades que habitam as UCs são consideradas Populações Tradicionais (PTs), e, podem ser definidas tanto como:

(...) grupos humanos diferenciados sob o ponto de vista cultural, que reproduzem historicamente seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base na cooperação social e relações próprias com a natureza (DIEGUES; ARRUDA, 2001, p.27).

Quanto como:

(...) grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar (prática e simbolicamente) uma identidade pública conservacionista que inclui algumas das seguintes características: uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis, liderança local e, por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados (CUNHA; ALMEIDA, 2009, p.300).

A legislação brasileira denomina as PTs tanto como “Povos” quanto como “Populações” e as define como:

(...) grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (DECRETO nº 6.040, 2007).

Os territórios desses povos também são considerados “Tradicionais” e são conceituados como:

(...) os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações (DECRETO nº 6.040, 2007).

São povos caracterizados: a) pela dependência da relação de simbiose entre a natureza, os ciclos e os recursos naturais renováveis com os quais se constrói um modo de vida; b) pelo conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos, fato que se reflete na elaboração de estratégias de uso e manejo dos recursos naturais - conhecimento este, que é transmitido oralmente através das gerações; c) pela noção do território ou espaço no qual o grupo social se reproduz econômica e socialmente; pela moradia e ocupação do território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados; d) pela importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implicaria uma relação com o mercado; e) pela reduzida acumulação de capital; f) pela importância dada à

unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; g) pela importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativistas; h) pela tecnologia utilizada, que é relativamente simples, causando impacto limitado sobre o meio ambiente - há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor e sua família dominam todo o processo até o produto final; i) pelo fraco poder político, que em geral reside nos grupos de poder dos centros urbanos; j) e pela auto-identificação e identificação por outros por pertencer a uma cultura distinta; e l) ademais, destaca-se que um dos principais fatores determinantes para a identificação das populações tradicionais (PTs) é a auto-identificação, o reconhecer-se como pertencente aquele grupo social específico, diferenciado de acordo com as características já apresentadas anteriormente (DIEGUES; ARRUDA, 2001).

Mesmo com toda intrínseca relação com a natureza do seu lugar, esse artigo não defende esses povos romanticamente como os representantes do “mito do bom selvagem ecológico” (REDFORD; STEARMAN, 1991, 1993, *apud* CUNHA; ALMEIDA, 2009, p.287). Como garantem Cunha e Almeida (2009), o ambientalismo pode ser considerado uma ideologia com práticas definidas, mas não são todos os povos que, deliberadamente, escolhem e agem a partir dessa ideologia. As PTs possuem práticas culturais adequadas à conservação ambiental independente de terem uma ideologia ambientalista.

Diálogo e participação em Unidades de Conservação

A participação das comunidades e demais atores na vida das UCs é um processo complexo de construção contínua e necessidade de atenção à sua qualidade (SANTOS, 2005:177). Caso contrário, ocorrendo de modo pontual, apenas pela obrigatoriedade legal, sem o devido zelo, perdem-se oportunidades de ampliação e fortalecimento das relações e do diálogo entre os atores - fato que é fundamental para tomadas de decisões coerentes e convergentes à qualidade socioambiental da área a ser protegida, assim como de desenvolvimento político e crítico das comunidades.

Para Bordenave, 1985, de modo geral, a participação é

(...) o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo. Além disso, sua prática envolve a satisfação de outras necessidades não menos básicas, tais como a interação com os demais homens, a autoexpressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas, e, ainda, a valorização de si mesmo pelos outros (BORDENAVE, 1985, p.16).

Os momentos de participação nas UCs, mesmo que legalmente impostos, acabam se tornando espaços formativos de cidadãos, os quais, podem aproveitar deles para se autodesenvolverem e atuarem de modo consciente e responsável diante do bem natural e sociocultural, dependendo da categoria de UC que foram destinados a cuidar. O desafio do fortalecimento dos espaços públicos implica, ainda, em considerar aspectos problemáticos como a necessidade de superação das desigualdades de poder entre diferentes atores que participam dessa esfera (SANTOS, 2005, p.67). Comumente, representantes do Estado e do setor privado têm mais poder de persuasão e convencimento do que os grupos de movimentos sociais, principalmente, por estarem, na maioria dos casos, respaldados por uma linguagem técnica inacessível aos demais atores não especializados na temática discutida.

A análise crítica da forma como esses processos têm ocorrido é fundamental para construção de um arcabouço metodológico que busque superar desigualdades culturais, de poder e até mesmo cognitivas. Por meio da avaliação contínua talvez possa ser possível replicar boas experiências, elaborar propostas, ainda que a complexidade dos temas, das relações e motivações sejam extremamente singulares em cada caso. A partir de hipóteses como: 1. a legislação não cristaliza as metodologias e os modos de participação no processo de criação, implementação e gestão das áreas protegidas no Brasil; 2. há diferentes entendimentos e compreensões sobre o que de fato é participação efetiva e de qualidade nos processos vivenciados pelas UCs; 3. há, em vários casos, falta de conhecimentos e habilidades tanto dos gestores diretos das UCs, quanto de suas instituições, sobre o que são os processos participativos e como executá-los; 4. muitos dos problemas de fiscalização, falta de pessoal, de recursos financeiros e equipamentos, dentre outros, poderiam ser, no mínimo, diminuídos com o envolvimento e engajamento dos atores no processo de gestão das UCs; verificam-se a necessidade de inovação e ampliação dos modos de se aplicar a participação no contexto das UCs no Brasil.

Diversas ferramentas são utilizadas em outras áreas do conhecimento como meios de se garantir a efetiva participação e a contribuição da sociedade civil organizada, instituições privadas e outras públicas nos seus processos de desenvolvimento e gestão. A tabela a seguir oferece, sem exaustão, alguns exemplos dessas ferramentas e amplia a visão sobre a diversidade de metodologias e possibilidades de formatos existentes para a aplicação de processos participativos na vida de uma UC.

As ferramentas destacadas em **negrito** na Tabela 1 são as mais usuais. Cada uma dessas ferramentas ou metodologias apresenta suas vantagens e desvantagens. Elas foram indicadas para serem aplicadas nas diferentes fases da vida da UC: criação, implementação e gestão (incluindo os diversos projetos que forem realizados com e para a UC). Entretanto, muitas delas, podem ser mescladas entre si e encaixadas em momentos que não foram indicados na tabela. Contudo, os fundamentos da maioria delas são diferentes estratégias e formatos de conversas, as quais são baseadas no diálogo (BOHN, 2005).

Exemplos de ferramentas participativas para serem aplicadas na vida das UCs		
Fase	Propósito	Ferramenta
Criação	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicar, mobilizar e sensibilizar pessoas importantes; • Criar espaço de diálogo entre partes interessadas; • Discutir propósitos e limites (físicos e conceituais) da UC. 	<ul style="list-style-type: none"> • Anúncios em meios de comunicação locais; • Mapeamento de <i>stakeholder</i>; • Entrevistas-diálogo e semiestruturadas; • Aquário (Peter Senge); • Audiências-públicas.
Implantação	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de Conselhos Consultivos e Deliberativos; • Compartilhamento e alinhamento conceitual; • Estabelecimento de apoios mútuos entre as UCs e parceiros; • Criação de Plano de Manejo; 	<ul style="list-style-type: none"> • Oficinas, seminários, reuniões; • Facilitação gráfica; • Diálogo Sustentado (Harold Saunders); • Investigação Apreciativa (David Cooperrider); • World-café (Juanita Brown e David Isaaks); • Open-space (Harrison Owen); • Círculo (Christina Baldwin); • Democracia profunda (Myrna Lewis);
Gestão	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação dos programas de gestão; 	<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento de cenários (Herman Kahn); • Conselho de cidadãos; • Busca do futuro (Marvin Weisbord e Sandra Janoff) • SIMPARC (EICOS/UFRJ) • ZOPP(Planejamento de Projeto Orientado por Objetivo) (GTZ) • Grupos focais.

Tabela 1: Exemplos de ferramentas participativas para serem aplicadas na vida das UCs.

Fonte: Criação das autoras.

Table 1: Examples of participatory tools to be applied in the lives of PAs.

Source: Creation of the authors.

O diálogo é uma prática de conversação em grupo norteadas por princípios, tais como: a suspensão dos pressupostos ou julgamentos referentes a determinado assunto; a fala intencional e em primeira pessoa do singular; a escuta ativa; a busca da elevação da consciência e sabedoria do grupo para um patamar acima do que existia no início da conversa, fator que gera aprofundamento de conhecimento sobre determinado tema ou situação; assim como, a inclusão e o acolhimento das diversas opiniões existentes no grupo gerando criação coletiva, porém com respeito às individualidades de cada participante. De acordo com Bohm (2005), cuja obra é considerada a principal referência no tema:

Diálogo vem do grego diálogos. Logos significa 'palavra' ou, em nosso caso, poderíamos dizer 'significado da palavra'. E dia significa 'através' – e não 'dois', como parece. O diálogo pode ocorrer com qualquer número de pessoas, não apenas com duas. Mesmo uma só pessoa pode ter o sentimento diálogo dentro de si, se o espírito do diálogo estiver presente. O retrato ou imagem sugerido por essa derivação é o de uma corrente de significados que flui entre nós e por nosso intermédio; que nos atravessa, enfim (BOHM, 2005, p.34).

Nichol (1995) lendo Bohm indica que:

(...) o diálogo é um processo multifacetado, que vai muito além das noções típicas do linguajar e do intercâmbio coloquiais. É um método que examina um âmbito extraordinariamente amplo da experiência humana: nossos valores mais intimamente arraigados; a natureza e a intensidade das emoções; os padrões de nossos processos de pensamento; a função da memória; a importância dos mitos culturais herdados; e, por fim, a maneira segundo a qual nossa neurofisiologia estrutura a experiência do aqui-e-agora (NICHOL, 1995, p.7).

Destaca-se que nos espaços das UCs, assim como nos espaços acadêmicos, políticos, institucionalizados ou não, em que se inserem processos de trocas de ideias, conhecimentos, conceitos e significados o termo geralmente utilizado é discussão/debate sobre determinado tema, problema, projeto, futuro. Entretanto, nos ambientes que se pretendem democráticos e inclusivos, principalmente quando se trata da relação com comunidades, esses termos se tornam descabidos por seu caráter fragmentador:

(...) a palavra 'discussão', que tem a mesma raiz de 'percussão' e 'concussão' (...) significa quebrar, fragmentar. Dá ênfase à ideia de análise, na qual podem existir muitos pontos de vista, e cada indivíduo apresenta o seu, que difere dos outros. E assim, eles analisam, estilham. Tudo isso obviamente tem seu valor, que no entanto é limitado e não nos levará muito longe, muito além dos nossos pontos de vista. A discussão é quase como um jogo de pingue-pongue, em que as pessoas estão 'raqueando' as ideias para lá e para cá e o objeto do jogo é ganhar ou somar pontos para cada participante. É possível que você aproveite as ideias dos outros para nelas basear as suas – você pode concordar com um e discordar de outros - , mas o ponto fundamental é ganhar o jogo. Esse é, com frequência, o caso das discussões (BOHM, 2005, p.34).

Bohm (2005, p.35) salienta que a maioria das discussões se tornam rasas e sem seriedade pela existência de aspectos que “*são mantidos inegociáveis e intocáveis. Assim as pessoas nem mesmo querem falar sobre eles.*” Nos contextos dos projetos de turismo com comunidades, isso é fundamental de ser percebido e trabalhado. Os preconceitos, o não dito, refletem o modelo mental daquela cultura e, caso não identificados e trabalhados desde o início, podem desmontar qualquer projeto. No diálogo, ao contrário da discussão, as ideias são somadas e evoluem conjuntamente. Os pressupostos e preconceitos arraigados nos modelos mentais são suspensos para dar lugar a uma curiosidade espontânea e à observação apreciativa do fenômeno tratado. A questão é que a realidade vivida é criada a partir do pensamento e o pensamento é uma criação coletiva. Se o pensamento nascer das discussões, a realidade será fragmentada, se nascer do diálogo, aumentam-se as chances de criação de uma realidade que sirva aos propósitos do projeto almejado (BOHM, 2005). Outro aspecto importante é que o diálogo é o fundamento da participação social qualificada. Seu “*propósito é percorrer todo o processo do pensamento e mudar o modo como ele acontece coletivamente*” (BOHM, 2005, p.38).

O antigo significado da palavra participativo era compartilhar, atualmente designa tomar parte (BOHM, 2005). Para que a participação aconteça de modo qualificado, gerando resultados que respondam às reais necessidades do coletivo, deve-se criar um espaço seguro para que o diálogo aconteça. Participar, é diferente de simplesmente estar fisicamente presente nos fóruns dedicados a temas específicos, mas tal processo nem sempre é espontâneo, ele precisa ser aprendido e conquistado, sobretudo por aqueles em condições de maior vulnerabilidade socioambiental e que não têm acesso aos mecanismos tradicionais de representação política (FRANCA *et al.*, 2006, p.17).

A viabilização do espaço participativo se inicia quando os atores percebem seus interesses abordados de modo inclusivo, cauteloso. Entretanto, sabe-se que as diferentes temporalidades do Estado, da sociedade civil e do setor privado constituem um desafio para construção desses espaços públicos de modo inclusivos e participativos. O tempo do Estado, é marcado por aspectos burocráticos-administrativos; no caso da sociedade civil, o tempo é aquele do mundo, da vida com suas premências e emergências; e no privado predomina o tempo da economia e do mercado (SANTOS, 2005, p.177).

Neste artigo, ambas UCs estudadas são de Uso Sustentável, isto é, permitem a habitação de comunidades em sua área (SNUC, 2000): a FLONA é de posse e domínio público e permite a moradia de comunidades tradicionais desde que habitantes na área até o ato da criação da UC; e a RESEX é de domínio público e uso concedido às populações tradicionais conforme legislação específica. “*A ideia de que as pessoas mais qualificadas para fazer a conservação de um território são as pessoas que nele vivem sustentavelmente é a premissa da criação das Reservas Extrativistas*” (CUNHA; ALMEIDA, 2009, p.287). Observa-se que as comunidades são prioridade para RESEX e contencioso para a FLONA, esta dispõe de Conselho Consultivo e aquela de Conselho Deliberativo,

indicador do quão participativa pode ser gestão de cada uma delas e o quanto as comunidades podem influenciar, de fato, nas tomadas de decisão importantes para a UC de modo geral e, especialmente, para a vida de seus habitantes. Entretanto, destaca-se que a efetividade e a qualidade da participação tendem a depender mais de questões subjetivas e do perfil da administração de cada área protegida do que do tipo de Conselho Gestor que possuem. No caso da RESEX do Unini, a qual foi decretada em 21 de Junho de 2006 com sede no município de Barcelos – AM, abrangendo uma área de 833.352 ha, foi pleiteada pelos comunitários do rio Unini com argumentos que buscavam aliar conservação e desenvolvimento local. Já a FLONA do Amapá, com uma superfície de 459.86717 ha, objetivou promover o uso múltiplo dos recursos naturais de forma a permitir a geração permanente de bens e serviços passíveis de serem oferecidos por ela, de acordo com o Decreto Nº 97.630 de 10 de abril de 1989 que a criou.

Diálogo e participação nos projetos de turismo de base comunitária da RESEX do Unini (AM) e da FLONA do Amapá (AP)

Os projetos de turismo desenvolvidos com as comunidades da RESEX do Unini (AM) e da FLONA do Amapá (AP) foram realizados por duas diferentes ONGs ambientalistas atuantes na Amazônia. No primeiro caso, como dito na introdução, pela FVA e no segundo pela CI do Brasil, esta em parceria com o Instituto Walmart. Em ambos os projetos, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) ofereceu apoio institucional e de recursos físicos e humanos; e a consultora responsável fora uma das autoras deste artigo, a qual participava como facilitadora (mediadora) dos processos aplicados para desenvolvimento dos mesmos. Desse modo, os participantes dos diálogos nos projetos eram os representantes do Estado, neste caso os analistas ambientais do ICMBio; e da sociedade civil organizada, isto é, as ONGs proponentes dos projetos e outras atuantes nas regiões, as quais detêm maior influência⁴ política e econômica sobre as UCs e determinam a sua criação, implementação e desenvolvimento; assim como as comunidades mais ou menos organizadas que habitavam no interior das UCs citadas.

Visto que tais projetos poderiam ser desenvolvidos apenas com a participação das comunidades, cuja definição foi apresentada anteriormente, e do ICMBio, por este ser gestor e responsável direto pela vida das UCs, antes de discorrer sobre o diálogo e a participação nos projetos, vale atentar-se sobre o papel do próprio ICMBio e das ONGs no contexto ambientalista do País.

Os representantes do Estado são os responsáveis diretos e respondem administrativamente pelas UCs. As Unidades federais são responsabilidade do ICMBio, uma instituição pública subordinada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). Os gestores locais do ICMBio, geralmente, são analistas ambientais concursados e distribuídos pelo País com a função implementar e administrar as áreas a serem protegidas, isto, de acordo com a legislação vigente e as diretrizes institucionais do mesmo órgão. Na maioria dos casos, os analistas acumulam funções de administração, fiscalização, monitoramento, relacionamento com parceiros

e com as comunidades residentes e as diretamente afetadas pelas UCs – incluindo aquelas em que a permanência dessas pessoas é permitida ou não dentro da Unidade –, de desenvolvimento de projetos para a efetivação da Unidade, e, em alguns casos, de pesquisa. Por seu caráter multifuncional, esses gestores necessitam de uma formação multidisciplinar que abarque tanto questões humanas quanto técnicas. Uma grande deficiência verificada nesse sistema é o número reduzido destes analistas distribuídos nas imensas UCs amazônicas. A FLONA do Amapá conta com dois gestores que são responsáveis por uma área de 459.867.17 ha e a na RESEX do Unini são três analistas para 833.352 ha.

No caso das ONGs ambientalistas, de modo geral, o foco das atuações perpassa assuntos relacionados à sustentabilidade, à natureza, à qualidade de vida; assim como às questões de âmbito global, difusas e coletivas como as mudanças climáticas, o desmatamento, a poluição, a água, a biodiversidade e o conhecimento tradicional (SVIRSKY; CAPOBIANCO, 1997; LE PRESTRE, 2000 *apud* RABINOVICI, 2009). O termo ONG⁵ foi estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) na década de 1940 e foi incorporado no discurso, principalmente no ambientalista, na época da Rio-92. Na busca de uma definição, verificam-se que:

Pode-se definir as ONGs como organizações formais, privadas, porém com fins públicos, sem fins lucrativos, autogovernadas e com participação de parte dos seus membros como voluntários, objetivando realizar mediações de caráter educacional, político, assessoria técnica, prestação de serviços e apoio material e logístico para populações-alvo específicas ou para segmentos da sociedade civil, tendo em vista expandir o poder de participação destas com o objetivo último de desencadear transformações sociais ao nível micro (do cotidiano e/ou local) ou ao nível macro (sistêmico e/ou global) (SCHERER-WARREN, 1995, p.165).

Para além das contradições, há avanços sociais e ambientais alcançados com a atuação das ONGs no Brasil. Na esfera socioambiental amazônica observam-se: a) a intermediação institucional e apoio com recursos financeiros, físicos e humanos junto à gestão das UCs, contribuindo com a implementação efetiva dessas áreas; b) o apoio institucional, físico, humano e financeiro para comunidades, colaborando de modo crucial na organização, educação, empoderamento e defesa socioambiental desses povos frente às demandas e pressões mercantilistas nacionais e internacionais em diversas áreas, entre elas o turismo e político-governamentais; c) a atuação decisiva em grandes questões ambientais globais, como as mudanças climáticas, influenciando positivamente em políticas públicas de preservação e conservação; d) atuação tanto no gerenciamento e implementação de grandes fundos monetários para conservação, como na captação de recursos para realização de projetos socioambientais, principalmente para as UCs⁶. Por outro lado, muitas sombras são observadas diante desse processo. Vale refletir o quanto

essas mesmas ONGs, justamente por movimentarem superlativas quantias de capital, mantêm-se fiéis aos seus propósitos e as suas causas que encantam e alimentam os sonhos de justiça e qualidade socioambiental. O quanto elas não acabam colaborando para a quase manutenção do *status quo*? Isto é, o quanto essas organizações não precisam se submeter às visões, às demandas, às necessidades e até mesmo às imposições dos seus próprios financiadores – principalmente dos grandes fundos internacionais de grandes corporações e nações desenvolvidas, os quais têm seus próprios planos para o futuro - e o quanto isso não é prejudicial para a livre atuação dessas ONGs de acordo com seus próprios princípios e valores? Muitas delas reconfiguram seus objetivos organizacionais constantemente, repensando suas identidades e seus projetos políticos de acordo com as mudanças de suas *“relações com três interlocutores-chave: a cooperação internacional, os movimentos sociais e o Estado”* (ALVAREZ, 2003, *apud* TEIXEIRA, 2003, p.14). Isto é, direcionam o seu foco de atuação em função das linhas de financiamento, as quais são negociadas de acordo com os interesses dos próprios financiadores⁷ na maioria dos casos. As organizações podem criar infinita dependência para seus atendidos, por menor que seja a intencionalidade em causar tal situação. Sansolo afirma que a *“tutela das ONGs é proposital: tutela metodológica mantém viável a continuidade e manutenção de seus projetos, sua sobrevivência, seus empregos”* (SANSOLO, em depoimento dado à RABINOVICI, 2009, p.55). Nesse contexto, perceber o papel das ONGs é ao mesmo tempo compreender os conflitos e disputas de *“significados sobre o papel do Estado, do mercado e da sociedade civil que preside o debate político no Brasil hoje”* (TEIXEIRA, 2003, p.23).

As pesquisas realizadas

Apresentações feitas, adentram-se nos projetos. No caso da RESEX do Rio Unini, o estudo constituiu parte do projeto “Fortalecendo o turismo de base comunitária na Reserva Extrativista do Rio Unini (RESEX) – Município de Barcelos – AM”⁸. Dois produtos deste trabalho são referência para este artigo: primeiramente o “Diagnóstico de Turismo de Base Comunitária da RESEX do Unini e entorno”, o qual gerou dados sobre as potencialidades de desenvolvimento do TBC com as comunidades que vivem ao longo do Rio Unini, assim como o “Planejamento de Turismo de Base Comunitária (PTBC) da RESEX do Unini e entorno”, o qual indica a criação de três cenários para o desenvolvimento do TBC na localidade.

Todas as comunidades envolvidas no projeto, somando perto de 700 pessoas, habitam as margens do Rio Unini. Porém, estas distribuem-se em três diferentes UCs: na RESEX do Rio Unini inserem-se Lago das Pedras, Terra Nova e Patauí; na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Amanã está a Vila Nunes; as demais, Tapiíra, Manapana, Lago das Pombas, Floresta e Vista Alegre, se inserem no Parque Nacional do Jaú (PNJ).

O trabalho foi dividido em duas etapas principais: a) realização de um diagnóstico participativo sobre o TBC; e, b) criação Plano de Turismo de Base Comunitária (PTBC) da RESEX do Unini. Ambas desenvolveram-se

por meio de ferramentas e metodologias específicas, que buscavam suprir as necessidades e alcançar os resultados esperados das mesmas e, principalmente, buscar que a participação efetiva dos atores envolvidos acontecesse de fato. O diagnóstico dividiu-se em: I. Reconhecimento da área de estudo, com viagens de campo em diferentes períodos do ano; II. Pesquisa em referências bibliográficas relevantes sobre o tema e contato com pessoas de conhecimento notório sobre o contexto e histórico local; III. Realização de 142 entrevistas-diálogo, tanto com os comunitários moradores da RESEX, área de entorno, como os profissionais locais do setor; IV. Oficinas de diagnóstico participativo com caráter educativo; V. Visita de reconhecimento dos potenciais atrativos turísticos junto aos comunitários; VI. Intercâmbios de turismo entre os comunitários do rio Unini e outros locais que trabalham com turismo na Amazônia como Pousada Uacari (RDS Mamirauá), comunidade de Xixuaú, no Rio Jauaperi, em Roraima e Aldeia dos Lagos em Silves, Amazonas.

O planejamento do TBC foi gerado por análise do próprio diagnóstico citado e de dois dias de oficina participativa realizada com representantes comunitários da RESEX do Unini e atores sociais representantes de organizações que influenciam direta ou indiretamente no turismo local.

No caso da FLONA do Amapá, foi o “Plano de Negócios de Turismo da Floresta Nacional do Amapá”, componente do Plano de Apoio à Implementação da FLONA do Amapá – uma parceria entre a Conservação Internacional, o Instituto Walmart e o ICMBio - que subsidiou os dados deste artigo. Considerando que não há número expressivo de moradores no interior da FLONA, para fins do plano de negócios mencionado, foram caracterizados como comunidade tanto os residentes do interior da FLONA do Amapá como do seu entorno imediato - somando total de 11 pessoas -, assim como os habitantes dos municípios Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande e Ferreira Gomes.

Sobre os residentes diretos e indiretos da FLONA, pôde-se observar com as viagens de campo realizadas entre junho, julho e agosto de 2011, que o seu número é variável e a ocupação depende do movimento das relações socioeconômicas que se estabelecem na região.

Na FLONA do Amapá, o plano de negócios originou-se de: 1). colheita de dados secundários em bibliografia especializada e em sítios virtuais da rede mundial de computadores; 2). aplicação de processos participativos, tais como: entrevistas-diálogo, realizadas com 63 atores que influenciam direta ou indiretamente o turismo no Estado do Amapá, a fim de ampliar a compreensão sobre a visão desses atores sobre a realidade e o futuro do turismo na região; e oficinas participativas; 3) realização de viagens de campo: duas para a Floresta Nacional do Amapá para composição de um diagnóstico preliminar de turismo da Unidade; e uma para cada município pertencente ao projeto - Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande e Ferreira Gomes – para composição de diagnóstico preliminar do turismo local. Além disso, utilizaram-se de câmera fotográfica para captura de imagens e o Sistema Geral de Posicionamento Global (GPS) para obtenção de dados para georeferenciamento; 4) desenvolvimento e aplicação de pesquisa de mercado por meio de questionário disponibilizado na rede mundial de computadores, com foco

nos públicos nacional, excluindo os moradores do estado do Amapá, o internacional e o amapaense; e 5) elaboração de mapas temáticos: base, trilhas, infraestrutura, atrativos turísticos e do banco de dados espacial.

Contudo, destaca-se, para fins deste artigo, as ocasiões em que o contato humano e a qualidade das relações foram importantes para a criação do campo subjetivo que contribuiu para a geração de conhecimento e dos dados relevantes para o desenvolvimento e resultados dos trabalhos, isto é, os momentos das entrevistas-diálogo e das oficinas.

A entrevista-diálogo é uma ferramenta que busca compreender os padrões mentais dos indivíduos, destacando categorias e a lógica de seu mundo. Cria-se uma relação sujeito-sujeito entre o entrevistado e o entrevistador. Cada ator social desvela-se ao outro no fluxo da conversa, despertando uma relação de confiança e respeito mútuos (BOJER, 2005).

Somando os dois projetos referidos, realizaram-se 204 entrevistas-diálogo, gerando mais de 600 horas de conversas prévias com os atores importantes de serem envolvidos nos projetos, incluindo comunitários, representantes do governo, do setor privado e social. A partir delas foi possível criar um elo e um espaço de confiança dentre os participantes e os condutores dos processos, fatores que foram cruciais para ampliar qualidade de participação e a presença nas oficinas posteriores.

As oficinas aconteceram pós entrevistas-diálogo. No caso da RESEX do Rio Unini, elas ocorreram primeiramente em função do diagnóstico, com a duração de três horas, e sendo realizadas uma em cada comunidade no Unini, no total de nove. Em seguida, para o planejamento de TBC, com dois dias de duração, sendo realizada em Novo Airão – AM, juntando representantes comunitários e outros atores convidados. Os objetivos das oficinas de diagnóstico seriam esclarecer os conceitos gerais de turismo, seus diferentes tipos e os impactos, sejam estes positivos e/ou negativos aos comunitários, levantar potenciais atrativos turísticos nas próprias comunidades e área de entorno.

Com a FLONA do Amapá foram desenvolvidas oficinas, no total de seis com oito horas cada, cujos públicos foram as comunidades e os parceiros nos municípios Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande e Ferreira Gomes. Destas oficinas, quatro foram para sensibilização aprofundamento do diagnóstico preliminar do turismo local e nivelamento conceitual sobre o tema - uma em cada município indicado -, e duas oficinas foram realizadas para devolutiva e validação dos dados preliminares. Neste caso, elas aconteceram de modo conjunto para cada dois municípios - a primeira delas, para Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari, e a segunda, para Porto Grande e Ferreira Gomes. Nos dois projetos, as oficinas foram construídas com base nos princípios do diálogo (BOHN, 2005) e das práticas da rede *The Art of Hosting* (Arte de Anfitriar).

A noção de diálogo (BOHN, 2005) foi fundamental para o desenvolvimento dos projetos citados. Existiram momentos, principalmente durante às oficinas participativas, em que as conversas caminhavam para discussões baseadas em pressupostos distintos e divergentes, cada qual baseado em verdades absolutas e inabaláveis, fragmentadoras da realidade apresentada. Como nas conversas sobre direitos e deveres das

comunidades em relação às atividades que poderiam ou não ser desenvolvidas nos projetos de turismo por se tratarem de UCs. Caso a condução das oficinas se distanciasse dos princípios do diálogo, não acolhendo e tratando com respeito esses pontos de vista, possivelmente seria gerada uma ruptura nos grupos e se desmontariam toda a construção coletiva realizada. Se os projetos fossem conduzidos à partir do diálogo, eles poderiam ser construídos e desenvolvidos de modo participativo e para o coletivo, pois nasceriam da consciência coletiva, atendendo às necessidades dos participantes.

No que se refere à rede Arte de Anfitriar, tal iniciativa disponibilizou ferramentas e princípios distintos dos institucionalizados métodos normalmente utilizados para a condução de processos participativos em UCs. A rede Arte de Anfitriar consiste em uma comunidade de prática internacional que explora novos padrões emergentes de aprendizagem e liderança coletivos por meio da aplicação de processos participativos. Tais processos baseiam-se em tecnologias sociais colaborativas⁹, inspiradas em sistemas vivos auto-organizados, fundamentadas no diálogo e nas consideradas artes: da liderança participativa, de fazer perguntas, de anfitriar conversas significativas e de colher resultados que importam. A rede busca potencializar a inteligência coletiva e promover sentido às relações e ações nas instituições e nas comunidades humanas, independente destas serem tradicionais, residentes de UCs ou não.

A aplicação dos processos e princípios da rede articulados entre si, buscam: a compreensão dos padrões mentais nos quais os indivíduos estão imersos; a ampliação e o desenvolvimento da aprendizagem e da criação coletiva de conceitos, ideias, inovações e práticas; a ampliação da consciência sobre a realidade vivida e a prospecção de soluções arrojadas para o futuro ou para quaisquer projetos e questões socioambientais.

Assim, o modo de trabalhar desta rede desenvolve-se por meio do diálogo, em rodas de conversas informais e tendo: um propósito (objetivo) como referência; da auto-organização; da promoção da compreensão significativa do conteúdo compartilhado com o uso de um linguajar acessível e não técnico. Aquele que busca comunicar por meio de referências, utiliza, muitas vezes, as metáforas que garantem a apropriação conceitual de acordo com a própria realidade vivida pelo interlocutor. Melhoram-se, tanto a capacidade cognitiva individual quanto a capacidade aprendizagem social, de modo que as pessoas passam a influir positivamente nos processos de tomada de decisão e na realidade de seus contextos (ART OF HOSTING, 2013).

Resultados

A escolha do caminho metodológico focado no processos participativos baseados no diálogo e na rede Arte de Anfitriar conferiu resultados qualitativos de impacto positivo tanto nas comunidades da RESEX do Rio Unini e entorno quanto da FLONA do Amapá e entorno. Observou-se que os atores que geralmente dominavam as falas durante as reuniões tiveram que dar espaço para a participação de outros que comumente se calavam.

Os espaços de participação instituídos tornaram-se campos formadores de cidadania por seu caráter inclusivo e informativo. É fato que no caso da RESEX do Unini, esse trabalho de politização e cidadania já vem sendo realizado pela FVA há 20 anos na região. Ainda assim, a implantação de novas metodologias participativas oxigenou e ampliou a capacidade de participação comunitária visto que novas lideranças foram engajadas no processo. O mesmo ocorreu na FLONA do Amapá.

Observou-se, ainda, a ampliação da atuação política e mais consciente, responsável diante do bem natural e sociocultural que as comunidades detêm sob seu cuidado, mesmo que o TBC ainda não ocorra de fato em suas UCs.

Além disso, gerou-se a ampliação de consciência dos participantes sobre questões relativas ao turismo. A importância dessa apropriação, não somente em relação aos diferentes tipos de turismo e seus impactos, mas sobre os diversos modos de gestão aplicáveis pelos comunitários será de extrema importância em futuros projetos que se almeje desenvolver sobre o tema nas UCs com a efetiva participação comunitária.

Verificou-se que o diálogo garante a participação efetiva das pessoas, que acarreta o comprometimento e a mobilização para que se alcance o objetivo estabelecido pelo projeto. Na última oficina realizada para a FLONA do Amapá, assim que se deu seu encerramento e os comunitários sabiam que a equipe de trabalho não estaria mais presente para subsidiar a construção do turismo, um dos comunitários levantou-se com a seguinte frase: “- Então, agora é só com a gente, pessoal! Quando é que a gente vai se reunir de novo?”

Como desdobramento e impacto na realidade, o trabalho na RESEX do Unini influenciou, fundamentou e subsidiou tanto a oficina de Ordenamento do uso Público da RESEX do Rio Unini, quanto o próprio Plano de Uso Público da Unidade. Na FLONA do Amapá, verificou-se maior engajamento e aproximação da comunidade com os representantes de sua gestão.

Reflexões finais

A relevância da participação no contexto das UCs é temática relativamente nova, pois está em construção no Brasil. Mais recente tem-se pensado sobre a qualidade desta participação e seus fundamentos. Na relação entre as instituições gestoras das UCs, as comunidades residentes no entorno e os demais atores que influenciam e são influenciados por estas áreas, existem conflitos de interesses e de visão que são acirrados pela falta do diálogo qualificado. É clara a necessidade de inovação e ampliação dos modos de se conceber e aplicar a participação qualificada nos contextos de projetos com comunidades em UCs na Amazônia, incluindo o diálogo como alicerce que gera a participação qualificada.

As atividades de campo dos projetos demonstraram, mesmo com o reconhecimento do grande esforço e dedicação desses atores em seus trabalhos, que faltam conhecimentos e competência tanto dos gestores diretos das UCs e suas instituições, quanto das ONGs proponentes de

projetos sobre: como se trabalhar com grupos humanos; e, o que são os processos participativos genuínos e como executá-los e aplicá-los para, de fato, instituir a participação legalmente necessária. Muitos dos problemas de fiscalização, falta de pessoal, de recursos financeiros e equipamentos, entre outros, poderiam ser, minimizados com o real envolvimento e engajamento dessas comunidades. Destaca-se que essa questão é observada na maioria dos projetos desenvolvidos na UCs e necessita de um tratamento sistêmico.

A atenção em alguns aspectos pode colaborar na melhoria da realidade dos projetos de turismo desenvolvidos com as comunidades residentes em UCs, tais como: foco no processo e não somente no resultado, pois o processo garante o aprendizado, a mobilização e engajamento verdadeiros, o desenvolvimento a partir da essência da comunidade e a inovação contínua; a comunicação clara e a tradução dos conteúdos para e entre os diferentes públicos envolvidos (comunidades, gestores, técnicos, ativistas); abordagem inclusiva; conciliação de agendas; atenção ao conflitos sociopolíticos; necessidade de desenvolvimento de competências dos gestores públicos sobre temáticas humanas; e, acima de tudo, a criação de um espaço dialógico seguro, consistente e verdadeiro.

De modo prático, para a aplicação de um processo participativo fundamentado no diálogo, pode-se fazer uso de algumas questões como norte para futuros trabalhos, tais como: qual é o real propósito do projeto? Todos os atores sociais envolvidos nos processos devem se atentar para isto. Quais atores, pensando-se em nome e sobrenome, juntamente com as instituições que representam, são fundamentais e devem ser envolvidos para se garantir o sucesso do trabalho? Como garantir a participação destes com qualidade, motivação e foco? Como garantir o envolvimento e a participação significativa deles com o propósito da UC e do projeto de modo contínuo? Como avaliar que o resultado foi alcançado com qualidade? Como identificar potenciais impactos desse trabalho no futuro? Como aprender com a experiência vivida e caminhar no sentido do desenvolvimento contínuo, melhorando a qualidade socioambiental e a dos processos?

Contudo, reflete-se que o primeiro passo para a participação qualificada está no sentido do propósito do projeto para os atores envolvidos. Desse modo, antes de qualquer ação de engajamento para a participação, haveria que se dialogar com os participantes comunitários sobre suas reais necessidades e demandas que poderiam se tornar projetos para ajudá-los a viver melhor. E, se isso fosse feito, talvez, as linhas de financiamento e as missões de várias ONGs socioambientalistas teriam que mudar radicalmente. Mas esse é tema para um outro artigo.

Referências Bibliográficas

BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BECKER, B.K. Geopolítica da Amazônia. **Estud. av.**, São Paulo, v. 19, n. 53, Apr. 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142005000100005>>.

BORDENAVE, J.D. **O que é participação**. Editora Brasiliense. Coleção 95 - Primeiros Passos 2ª Edição. São Paulo, 1985.

BRASIL. **Constituição [da] Republica Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>.

BRASIL. SNUC - **Sistema Nacional De Unidades De Conservação** LEI No 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000.

BOHM, D. **Diálogo – Comunicação e redes de convivência**. Edição: Lee Nichol. Tradução: Humberto Mariotti. São Paulo: Palas Athena, 2005.

BOJER, M.M. *et al.* **Mapeando diálogos**: ferramentas essenciais para a mudança social. Trad. Leonora Corsini. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2010.

CUNHA, M.; ALMEIDA, M.W.B. Populações Tradicionais e conservação ambiental. *In*: CUNHA, M.C. (org.). **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

DESCOLA, P. Ecologia e Cosmologia. *In*: DIEGUES, A.C. (Org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção nos trópicos. São Paulo: Hucitec, 2000, pp. 149-163.

DIEGUES, A.C. **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Annablume; Hucitec; Nupaub/ USP, 2000.

DIEGUES, A.C.; NOGARA, P.J. **O nosso lugar virou parque**. São Paulo: Nupaub/ USP, 1994.

FRANCA N. *et al.* **Gestão Participativas em Unidades de Conservação**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de análises Sociais e Econômicas, 2006.

MACEDO, H.S. Processos Participativos na Gestão de Unidades de Conservação. **Anais** do II Seminário Nacional – Movimento Social, Participação e Democracia. Florianópolis, 2007.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina - gênese, características e políticas. *In*: BARTHOLO, R., SAN SOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MEDEIROS, R.; YOUNG, C.E.F.; PAVESE, H.B.; ARAÚJO, F.F.S. **Contribuição das Unidades de Conservação brasileiras para a economia nacional**: Sumário Executivo. Brasília: UNEP-WCMC, 2011, 44p.

MINARI, M.L. **Diagnóstico de Turismo de Base Comunitária da RESEX do Unini e entorno**. Manaus: Fundação Vitória Amazônica, 2011.

MINARI, M.L. **Planejamento de Turismo de Base Comunitária da RESEX do Unini e entorno**. Manaus: Fundação Vitória Amazônia, 2011.

MINARI, M.L. **Plano de negócios de turismo da FLONA do Amapá**. São Paulo: Circulah, 2011.

NICHOL, L. Prefácio, *In*: BOHM, D. **Diálogo**: comunicação e redes de convivência. Edição: Lee Nichol. Tradução: Humberto Mariotti. São Paulo: Editora Palas Athena, 2005.

RABINOVICI, A. Organizações Não Governamentais e Turismo Sustentável: trilhando conceitos de participação e conflitos. 2009. 340 p. **Tese** (Doutorado em Ambiente e Sociedade) - NEPAM – UNICAMP, Campinas, SP. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000465869>>.

RABINOVICI, A. Seria o Rio de Janeiro uma referência para a Gestão Participativa em Unidades de Conservação? **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.2, n.2, 2009, pp.190-194.

SANTOS, A.D. *et al.* **Metodologias participativas**: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais. IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1999.

SCHERER-WARREN, I. ONGs na América Latina: trajetória e perfil. *In*: VIOLA, E.; LEIS, H.; VIEIRA, P. . (Orgs.) **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania**: desafios para as ciências sociais. São Paulo: Cortez; Florianópolis; Universidade Federal de Santa Catarina, 1995, pp. 134 - 160.

TEIXEIRA, A.C.C. **Identidades em construção**: as Organizações Não-governamentais no processo brasileiro de democratização, São Paulo: editora Annablume, FAPESP; Instituto Pólis. 2003, 208 páginas.

TEIXEIRA, D. .; MACHADO, C.J.S.; FARIAS, O.L.M.; DUPAS, F.A. Descrição e Análise Quantitativa da Composição e Grau de Participação dos Atores Públicos e Privados nos Conselhos de Unidades de Conservação e Mosaicos Federais segundo o Arcabouço Legal. **Anais do V Encontro Nacional da Anppas**. Florianópolis, 4 a 7 de outubro de 2010.

TERBORGH, J., PERES, C. .. O problema das pessoas nos parques. *In*: TERBORGH, J. *et alii* (Orgs.). **Tornando os parques eficientes**: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. Curitiba: Ed. da UFPR/ Fundação O Boticário, 2002, pp. 334-346 (Trad. Maísa Guapyassu).

VERÍSSIMO, A.; ROLLA, A.; VEDOVETO, M.; FUTADA, S.M. [Orgs.]. **Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira**: avanços e desafios (p. 87). Belém/São Paulo: Imazon e ISA, 2011.

ZECHNER, T.C.; HENRÍQUEZ, C.; SAMPAIO, C.A.C. Pensando o conceito de turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarrriquenha. **Anais do II Seminário Internacional de Turismo Sustentável (SITS)**, Fortaleza, 12 a 15 de maio de 2008.

Notas:

¹ O TBC apareceu enquanto tema científico pela primeira vez em São Paulo, SP no I Encontro Nacional de Turismo de Base Local (ENTBL) em 1997 (ZECHNER *et al*, 2008). Antes disso, desde 1996 com o I Congresso Nacional de Ecoturismo, realizado pelo Instituto de Ecoturismo do Brasil, já se falava sobre a relevância da inclusão das comunidades locais em todo o processo de planejamento, gestão e desenvolvimento do turismo, ou precisamente, do ecoturismo. O importante é que em vários eventos acadêmicos, ou não, o TBC passou a ocupar lugar de destaque e relevância nos debates, como exemplos citam-se: os I e o II Seminário Internacional de Turismo Sustentável que aconteceram em Fortaleza-CE nos anos de 2003 e 2008 respectivamente; o Seminário Internacional de TBC, em Nova Olinda-CE, 2009; o Encontro Nacional para Proposição de Políticas Públicas no Turismo, realizado em 2010 pela Rede Turisol em Ilhéus-BA; o Festival de Turismo das Cataratas do Iguaçu, em Foz do Iguaçu-RS, 2010. E recentemente, entre os dias 06 e 08 de Novembro de 2012, o 12º ENTBL na cidade de São Paulo - SP.

² A separação entre populações tradicionais e indígenas refere-se a uma distinção legal: “os direitos territoriais indígenas não têm como fundamento a conservação ambiental, mesmo quando se verifica que as terras indígenas figuram como ‘ilhas’ de conservação em contextos de acelerada devastação” (CUNHA; ALMEIDA, 2009:279 em nota de rodapé)

³ O antropólogo Philippe Descola (1996) parte do pressuposto de que todos os ambientes ditos “naturais”, “intocados”, tiveram interferências humanas ao longo de algum período histórico. Tais interferências teriam produzido as paisagens, conferindo a elas características próprias e, em alguns casos, aumentando a biodiversidade das mesmas. Esta visão contraria os mais puros preservacionistas, os quais supõem que a biodiversidade só é mantida em ambientes inóspitos e inabitados pelo ser humano. De acordo com o pesquisador, estes ambientes, pelo contrário, permaneceram “naturais”, muito provavelmente porque os seus habitantes souberam utilizar e transformar o ambiente sem prejudicar o seu funcionamento. Esta sabedoria teria sido adquirida empiricamente, utilizando-se técnicas desenvolvidas pelas próprias comunidades e sendo permeada por uma cosmologia baseada em crenças religiosas e mitos reguladores que proporcionam este equilíbrio, que seria o reflexo e o produto de uma adaptação bem sucedida entre os seres humanos e a natureza por eles compartilhada. Este pressuposto nega a visão moderna de natureza da civilização ocidental, pois não categoriza e separa os seres humanos dos não humanos e simplesmente os distingue em graus de diferenças e não em naturezas diversas. O que valeria, nesta cosmologia, seriam as relações entre eles e não a oposição. Sendo assim, a pergunta que Descola (1996) faz é se esta cosmologia teria sido inventada como consequência do ambiente sobre os humanos.

⁴ É fato que representantes do setor privado, empresarial, principalmente do setor de infraestrutura – transporte e energia - influenciam politicamente na realidade das UCs amazônicas, mas não se trata do foco deste artigo.

⁵ Há diferentes tipos de organizações que se intitulam como ONG no Brasil, tais como: as organizações de assessoria e apoio ou de assistência popular que são dedicadas ao serviço com os movimentos populares; em seguida, entre 1980 e 1990, nasceram novos tipos de ONGs que se confundiam com os movimentos sociais a que pertenciam, como as ONGs ambientalistas, e as de atendimento aos meninos de rua, de apoio aos portadores do HIV, apoio aos indígenas, entre outras; depois de 1990 surgiram as fundações e grupos empresariais que se autodenominam ONGs e são pertencentes do chamado terceiro setor ou setor social; por fim, existem as organizações filantrópicas que passam a se reconhecer

ou serem reconhecidas como ONGs por órgãos governamentais e imprensa (TEIXEIRA, 2003:19).

⁶ Observações realizadas por XXXX (autora), *in loco*, principalmente nos anos de 2010 e 2011, por diversos contextos profissionais aos quais fora envolvida na Amazônia brasileira.

⁷ Minari presenciou uma trabalhadora de uma grande instituição dizer que essa instituição apoia agricultores familiares no Nordeste do Brasil para produção de frutas orgânicas, mangas no caso, para abastecer o mercado interno Europeu (2012).

⁸ CONVÊNIO MTur/Fundação Vitória Amazônica/Nº 703560/2009.

⁹ Tais como: o *the world-café* (café-global), o *open-space* (espaço-aberto), a investigação apreciativa, o círculo, o *pró-action café* (café pró-ação), o *collective history and harvesting* (colheita coletiva de histórias) e o *harvesting* (colheita gráfica). Não cabe neste artigo detalhar cada ferramenta, para aprofundamento: www.artofhosting.org.

Marina de Lima Minari: Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, SP, Brasil.

E-Mail: marina.minari@circulah.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0641123718198263>

Andrea Rabinovici: Universidade Federal de São Paulo, Diadema, SP, Brasil.

E-Mail: andrearabinovico@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4506171831521594>

Data de submissão: 06 de setembro de 2013

Data de recebimento de correções: 20 de janeiro de 2014

Data do aceite: 20 de janeiro de 2014

Avaliado anonimamente